

**REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**REFLECTIONS ABOUT TEACHING PORTUGUESE LANGUAGE**

Beatriz Gaydeczka<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Pedagogia pela Fundação Universidade do Contestado, graduação em Letras - Licenciatura em Português / Inglês pela Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União Vitória, mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade de Taubaté e doutorado em Semiótica e Linguística Geral na Universidade de São Paulo. É professora adjunto na Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, no Instituto de Ciências Tecnológicas e Exatas.

## RESUMO

Este artigo se propõe a apresentar uma reflexão a respeito do ensino da Língua Portuguesa (LP). Em especial, serão destacadas a relação entre língua e gramática e a relação entre gramática e ensino. Hoje em dia, há um consenso de que o ensino de Língua Portuguesa é um processo complexo, caracterizado por uma variedade de componentes e por possuir prioridades. Metodologicamente, relacionamos princípios, distinções e concepções atrelados à gramática e ao ensino de Língua Portuguesa a fim de mostrar que os modos de ensinar e de conceber a língua são de ordem social e política.

**Palavras-chave:** Ensino. Língua portuguesa. Gramática. Complexidade.

## ABSTRACT

This paper intends to present a reflection on the teaching of Portuguese (LP). In particular, it will highlight the relationship between language and grammar and the relationship between grammar and teaching. Nowadays, there is a consensus that the teaching of the Portuguese language is a complex process, characterized by a variety of components and have priorities. Methodologically, relate principles, distinctions and concepts tied to the grammar and the teaching of the Portuguese language in order to show that the modes of teaching and designing the language are social and political.

**Keywords:** Education. Portuguese. Grammar. Complexity.

## 1. COMPLEXIDADE DA LÍNGUA

Uma das complicações da linguagem centra-se no fato de que só é possível separar os componentes da língua em análises. Na língua, todos os componentes – gramática, léxico, sintaxe – estão entranhados. Embora os fenômenos de língua manifestem uma totalidade, o ensino de língua e a ciência da linguagem, muitas vezes, usam-nos de modo fragmentado, subdividido, categorizado, particularizado. A separação da língua em léxico, fonologia, sintaxe, morfologia, texto é um aspecto metodológico, que inevitavelmente reflete concepções de linguagem e de ensino. Em consequência, quando se trata de estudar a língua, é comum ouvirmos queixas de que as línguas são **complexas**. Por que razão isso ocorre?

Sabe-se que a língua é constitutiva do homem. Mas, o que é constitutivo? Constitutivo é aquilo que compõe, ou seja, aquilo que faz parte de. Desse modo existe um reducionismo ao limitarmos a concepção de língua à gramática ou à comunicação. Sabe-se que é possível fazer muito mais coisas com a língua do que se comunicar. Qual é a utilidade da língua, da linguagem, por que nós falamos?

Ao retomarmos o modo como as tendências de estudo da linguagem foram construídas ao longo do tempo, verifica-se que as concepções de língua e de ensino estão relacionadas. No século XVIII, o enfoque de estudo da linguagem era a reconstituição da história da origem das línguas. No começo do século XX, havia uma preocupação com a fonética, a fonologia, a morfologia, a sintaxe. Assim, era possível analisar o enunciado “A loba abichornou os borregos” de diferentes pontos de vista, por exemplo:

- Fonético: [a. lɔba. abi fɔrnou. os. boregos]
- Fonológico: [lɔba] ≠ [loba]
- Morfológico: **abichorn** = raiz; **ou** = desinência pessoal-numeral (3.<sup>a</sup> pessoa singular)
- Sintático: **a** = adjunto adnominal; **loba** = sujeito simples; **abichornou** = verbo transitivo direto; **os** = adjunto adnominal; **borregos** = objeto direto

Essa tendência, baseada no enfoque saussuriano, que privilegia mais a língua do que a fala, levou o ensino da língua a ser concebido sem interlocutor; não era preciso saber quem havia

dito o quê. Considerava-se a construção de classificações suficiente para a aprendizagem da língua. Nesse contexto, a semântica mal constituía objeto de estudo. Saber o sentido de “loba”, “abirchonou”, “borregos” não era relevante, bem como saber em qual situação esse tipo de enunciado poderia ser usado, quem o empregaria e para quê.

Em meados do século XX, início dos anos 60, começou-se a perceber que estudar a língua por meio da análise de frases era insuficiente para desenvolver as competências linguísticas. Com o surgimento dos estudos do discurso e do texto, componentes que reverberam os sentidos dos textos (como elipse, anáfora, coesão textual, coerência, enunciador, temas, valores, ideologias, questões discursivas, gêneros) passaram a ser considerados no ensino da língua, pois, no âmbito do texto, muito do imprevisível da língua acontece. Se na escola os componentes de língua são estudados de modo compartimentado – como se ficassem em gavetas fechadas –, se a língua é concebida como categorias fixas (substantivo é substantivo, adjetivo é adjetivo, verbo é verbo), expressões como “Skol desce redondo” contradizem a flexibilidade da língua. Flexibilidade essa capaz de transformar o adjetivo “redondo” em advérbio sem acréscimo de sufixo. Mudam as categorias, as classes, a fim de expressar valores e sentidos instauradores de identidades, de discursos.

A linguagem, no uso, é muito flexível e fluida. Nela, definições rígidas, inflexíveis, inquestionáveis passam a aceitar toda a imprevisibilidade da linguagem; isso é desconcertante para muitos. Então, o que poderia mudar no ensino? As nossas percepções, a nossa maneira de ver a linguagem.

Para apreender a complexidade da língua, vários processos devem ser considerados, como, por exemplo: a) os elementos históricos de constituição da língua: no Brasil, poderíamos falar tupi, espanhol; b) os elementos culturais: falar não é pura e simplesmente emitir sons, a fala é marca de diferenças identitárias de grupos sociais, de idade, de formação; c) a linguagem é textual-discursiva: nós não falamos por meio de frases, por exemplo, “Oi, cheguei!”, esse tipo de enunciado não é frase, é um texto, porque exerce funções interlocutivas.

A língua renova-se, amplia-se em movimentos incessantes<sup>2</sup>. Daí que o uso da língua supõe operações de diferentes naturezas: psíquicas, cognitivas, de memória, inconscientes. Embora a terminologia de uma ciência não mude de um dia para o outro, o objeto em si muda. Por isso é preciso considerar a língua na sua dinamicidade. Se tomarmos o verbo “salvar”, por muito tempo apenas quem salvava era Jesus Cristo. Hoje em dia todo mundo que usa computador “salva” (“–Já salvou?” “–Salvei!”).

A dinamicidade das mudanças ocorridas na língua parece petrificada quando se trata do ensino de língua na escola. Muito embora essa seja uma realidade que paulatinamente vem mudando, se tomarmos um curso de Língua Portuguesa qualquer, facilmente pode-se verificar que o ementário refere-se à gramática. Mas a gramática é o único componente da língua? Não. Aí o professor pergunta: “O que eu vou ensinar?”. Há muito o que ensinar. Se tomarmos como exemplo a pragmática em que falar é fazer, é possível verificar que ao dizer estamos explicando, ameaçando, respondendo, esclarecendo, jurando, prometendo, defendendo, isso é finalidade. Vamos ver o exemplo: “A patroa chega perto da janela e diz: – D. Telma, já acabou de varrer? A diarista responde: – Não abre agora não!”

Ao analisarmos a resposta da diarista, verificamos que a resposta dada não é “Sim, já acabei de varrer!”, ou “Não, não acabei de varrer!”. A resposta é: “Não abre agora não!”, ou seja, a sua intenção é a de dizer “não abra a janela agora, porque eu ainda não acabei de varrer e o vento vai espalhar a sujeira!”. Esse é um caso em que as instâncias perlocutivas estão relacionadas ao uso e ao contexto situacional em que os dois locutores (patroa e diarista) se encontravam. Esse tipo de imprevisibilidade não é esboçado pela gramática prescritiva e independe do grau de escolarização dos sujeitos envolvidos. Esse tipo de função faz parte do conhecimento linguístico decorrente do uso, da vivência da língua, tanto para o locutor quanto para o interlocutor da situação comunicativa.

---

<sup>2</sup> Grande parte dessa mudança na língua está associada à situação de uso, ao contexto. Cabe ressaltar que o contexto não é algo fora da língua. Normalmente, as pessoas se referem ao contexto como algo extralinguístico. Ocorre que, para a Linguística, o contexto é uma construção discursiva (linguagem verbal) para representar o mundo. Essa representação discursiva (o contexto) define os valores do mundo dos sujeitos, por isso as línguas mudam.

## 2. AS DISTINÇÕES DE GRAMÁTICA

Do ponto de vista da Linguística, há diferentes concepções de gramáticas, por isso é conveniente saber distingui-las.

Há uma gramática de base geral, internalizada, que especifica o funcionamento de uma determinada língua. Isso é importante porque língua nenhuma é “solta” ou aleatória, a criatividade dos falantes é balizada porque a língua é um fato social, portanto coercitivo, que impõe limites ao falante. Se o falante inventar um novo código, dependerá de ouvintes que compartilhem desse mesmo código para ser compreendido.

As regras da gramática de base da língua sofrem muito pouca alteração. Existem regras mais vulneráveis, outras menos, que são praticamente inflexíveis; há outras mais ou menos vulneráveis, em que as mudanças acontecem num processo muito lento e imperceptível. Por exemplo: Em LP, dificilmente ocorreria um artigo depois do substantivo. Nenhum falante do português (mesmo analfabeto de pai e mãe) diz coisas do tipo: “Meu inscreveu filho me concurso eu sem saber no”. Duas observações são importantes: 1) toda língua tem uma gramática de base, não existe língua sem gramática. Não existe a possibilidade de uma pessoa dizer “Eu vou falar, mas não vou usar a gramática”, porque a gramática de base é inerente à língua; 2) Todos os falantes sabem usar a gramática de base de sua língua.

Há uma gramática particular que regula os usos socialmente prestigiados de uma língua. Dentre os falantes de português existem diferentes modos de expressar que um grupo vai a algum lugar: “nós vamos”, “a gente vamos”, “nós vai”. Esses usos regulam a variedade de emprego da língua entre os diferentes grupos sociais. Nessa segunda gramática, quem diz “nóis vai”, em geral, faz parte de um grupo não escolarizado, que se afasta dos usos da gramática prestigiada.

Faraco (2008) distingue norma culta de norma padrão. A norma culta é a gramática da língua real, a que de fato é falada, a que está em uso pelos falantes com nível de escolarização mais alto. Norma padrão é a gramática de uma língua idealizada, proposta hipoteticamente como modelo (apresentada como modelo de uso). Essa gramática é idealizada, pois é suposta como perfeita. O modelo por ela proposto é uma espécie de freio ao modo de falar e de escrever. A ideia de uma norma padrão corresponde a um ideal de regulação, de controle, de “bitolar” e de

apresentar, entre as muitas variáveis, uma que é considerada padrão (a melhor). Pode haver conflito e tensão entre as normas dessas duas gramáticas? Sim. E aí?

Vamos analisar o caso do verbo assistir. Se a preocupação do aluno é estudar para concurso público, é melhor estudar a norma padrão. Ocorre que o falante deve ter versatilidade suficiente para adequar a fala e a escrita às situações de uso, tal como o velho exemplo da vestimenta: é inadequado ir a uma festa vestindo bermuda e camiseta, da mesma forma que é inadequado (para nossa cultura brasileira) ir à praia vestindo terno.

Há inúmeras expressões vinculadas às concepções de gramática, como, por exemplo, norma culta, norma padrão, norma prestigiada, norma urbana culta, norma urbana.

A gramática, na sua amplitude, é reguladora, tratando de um conjunto de normas. Dessa forma, toda gramática é normativa – mesmo a gramática de base. Quando o aluno diz “nóis vai” ou “nóis é”, entende-se que ele conhece a gramática de base e sabe que “nóis” é plural. E que o “nóis vai” difere do “nós vamos”. “Nós vamos” é uma expressão que tem mais prestígio que “nóis vai”. O problema da padronização da língua reflete uma questão social, não apenas linguística. Esse modo diferente de falar começou com a questão da estratificação social, a língua da corte, a língua da burguesia e a língua do povo. Ou seja, uma separação que é puramente social.

A norma padrão é a norma idealizada prestigiada para privilegiar a segregação social. O que está na gramática de Cegalla, por exemplo, representa uma língua idealizada.

Contrariamente, a gramática de base leva os falantes, intuitivamente, a manifestar as regras de maior uso. Por exemplo, as proparoxítonas são exceções na pronúncia, porque o mais comum da língua portuguesa são as palavras proparoxítonas.

Gramática Padrão		Gramática de Base
Música	é dita pelo povo como	Músca
Xícara		Xícra
Cócegas		Cosca

Pode haver uma gramática normativa que normatiza a gramática padrão? Sim, ela normatiza a gramática falada por um grupo particular, um grupo prestigiado socialmente, o que, inerentemente, gera a segregação.

Dentre os principais **equívocos** gerados pela compreensão estreita do que seja gramática, estão:

- é equívoco dizer que língua e gramática se equivalem. Ataliba (2010) e Perini (2010) dizem que estudar só, ou estudar apenas a gramática, não ensina a ler e a escrever;
- é equívoco dizer que o conhecimento da metalinguagem supre o das regularidades de uso da língua. Dizer que é pronome, oração subordinada adjetiva, adjunto adnominal é nomenclatura, mas pensar a função dessa metalinguagem no enunciado é uma tarefa interessante. Outro problema é achar que estudar a nomenclatura da gramática é estudar a gramática. Atividades que pedem para que uma criança de sete anos identifique o grupo de palavras em que há um dígrafo nasal são muito complexas e a função é muito restrita;
- é equívoco dizer que a gramática da língua é uniforme, estável, inalterável e que mudanças linguísticas corrompem, ameaçam a integridade das línguas. As mudanças nas línguas são naturais, língua nenhuma melhora ou piora, qualquer língua é suficiente para suprir as necessidades dos seus falantes. Uma língua que tem 500 palavras é uma língua suficiente para os falantes e é ótima no estado em que está;
- é equívoco dizer que qualquer pessoa pode falar de qualquer jeito; o que importa é a comunicação. A relativização da questão da gramática socialmente aceita é problemática porque muitos vão ao ponto de banalizar essa gramática, desconsiderando as situações de adequação. Nessa perspectiva é possível falar de qualquer jeito em qualquer situação.

Para além da diferenciação entre gramática de base (internalizada) e gramática padrão, e da crítica aos principais equívocos que envolvem as concepções dessas gramáticas, há, ainda, as categorizações relativas aos tipos de gramática. A gramática descritiva apresenta os termos da língua do modo como são falados por uma determinada comunidade linguística e reúne as formas gramaticais aceitas por essas comunidades. Ela não visa apontar erros, mas identifica as formas de expressão existentes e verifica quando e por quem são produzidas. Já a gramática prescritiva



apresenta a relação do “erro” e do “acerto”, o que pode e o que não pode, principalmente o que não pode, porque em um concurso é isso que abaixa a nota do candidato, a norma padrão. Em gramática, tudo é e tudo deve ser como a gramática prescreve.

Na linguística, cada um desses fenômenos é diferente, pois a língua é algo que não se consegue controlar totalmente. Em relação à variedade, tal como canta Moraes Moreira: “É nesse vai e vem, que a gente se dá bem, que a gente se atrapalha”. A linguística que se faz hoje é mais humana, mais relevante, mais transdisciplinar. Nessa perspectiva, o que se pode assumir no ensino da língua?

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito mais o que ensinar em sala de aula além do que supõem nossas concepções simplistas de língua e de gramática. Primeiramente, é preciso ampliar as concepções e os objetivos de ensino.

O outro entendimento é o de que aquilo que, muitas vezes, consideramos “erros” e fere a gramática normativa, está relacionado a uma questão social. Castilho (2010) nos alerta de que no fundo o erro linguístico não existe, o erro seria dizer algo que o outro não pode entender. O erro seria impossibilitar o entendimento.

É ingenuidade acreditar que vamos resolver os problemas linguísticos do país. A questão linguística, antes de tudo, passa por questões sociais, políticas, econômicas, de gestão pública, de direitos humanos...

Aos nos conscientizarmos das contradições existentes em nossa sociedade – como, por exemplo, o fato de termos escola pública e escola privada, gente que come e que não come – perceberemos que os reflexos dessa realidade incidem diretamente na escola, gerando tanta variedade e diferença no falar. Observa-se que em países onde não há tantas disparidades sociais e econômicas o modo de falar não é uma preocupação, porque não há tantas diferenças.

Desse modo, na medida em que a língua for concebida como complexa, maior será a nossa responsabilidade como professores, pois nossas ações refletirão nas dimensões políticas e sociais de nosso país.

### REFERÊNCIAS

CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

FARACO, C. A. **Norma culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PERINI, M. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010. SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.